PRAIA DA VITÓRIA
Câmara Municipal

ATA Nº 23

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 2 DE NOVEMBRO DE 2023

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. ----------

VEREADORES PRESENTES: Paula Cristina Borges de Sousa, Diana Emelia Valadão Paim de Sousa, em substituição de Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

FALTAS JUSTIFICADAS: Ricky Joe Baptista, Emanuel Filipe Gregório Areias, Emiliana Leonilde Dinis Gil Soares da Silva e Berto José Branco Messias. ----------

HORA DE ABERTURA: 14H00M ----------

-------- Aos dois dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e três, na Academia de Juventude e das Artes da Ilha Terceira, desta Cidade, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Paula Cristina Borges de Sousa, Diana Emelia Valadão Paim de Sousa, em substituição de Ricky Joe Baptista, Otília Maria de Sousa Martins, Pedro Jorge Mendes Machado, em substituição de Berto José Branco Messias, Marco Euclides Lemos Martins e Isménia Carvalho Landeiro Alves. ----------

-------- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. ----------

-------- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver "quórum" para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. ----------

-------- De seguida o Executivo deliberou, por votação secreta, considerar justificadas as faltas de comparência à reunião. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

-------- Ao dar início aos trabalhos, a senhora Presidente referiu que, mediante o que veio a público, relativamente à inscrição em Orçamento do Estado para 2024, no que

concerne ao subsistema de abastecimento de água Agualva/Praia, e no âmbito de uma nota feita sobre esta matéria, em que, o senhor Vereador e Deputado, Berto Messias, bem como o senhor Deputado da Assembleia da República, Francisco César, fazem uma apreciação relativamente ao processo referido, no sentido de que haviam conseguido uma conquista em relação ao mesmo, perguntou se, da parte dos senhores Vereadores da oposição, lhe sabem dizer em que momento é que os Vereadores do Partido Socialista pediram o que quer que seja, em relação a esta matéria, para, depois, poderem tomar a posição pública que foi tomada, usando os dados da Câmara Municipal, neste caso da Praia Ambiente, que nem tão pouco correspondem á verdade.----------

-------- Em suma, perguntou o que é que foi tratado com o Executivo, em relação a esta matéria, para haver esta tomada de posição, porque, ao Executivo, parece que esta situação foi discutida em reunião de Câmara, tendo o Executivo dado nota pública em relação a esta matéria e, portanto, foi este Executivo da coligação, que pressionou o Ministério do Ambiente para a resolução desta situação e, ao darem nota pública, receberam o contacto que já aguardavam há um ano, para poderem dar seguimento ao que estava contratualizado, ou para alterarem essa contratualização, no sentido de poderem defender esta matéria tão importante para a Praia da Vitória.----------

-------- Reforçou que, neste sentido, gostava de saber de onde vinha esta tomada de posição, quando o município da Praia da Vitória fez tudo para, em colaboração com o Deputado que têm na República, poderem, efetivamente, obter os resultados que obtiveram, designadamente, a inscrição, não dos quatro ponto seis milhões de euros, mas sim, dos cinco milhões e trezentos mil euros, que, esses sim, correspondem ao valor após a avaliação do Município e da Praia Ambiente e que irão constar no Orçamento de Estado do próximo ano. ----------

-------- O Vereador Marco Martins interveio e disse que, apesar de não estar presente o Vereador Berto Messias, o qual encetou, obviamente, alguns contactos neste âmbito, na sua opinião, compete à oposição uma ação bem mais além do escrutínio e da crítica sobre o que se faz menos bem e, de facto e sempre que possível, deve, também, tentar assegurar que alguns compromissos, neste caso, do Governo da República, sejam assegurados.----------

-------- Prosseguiu referindo que importa, também, perceber que, independentemente da cor política, desde que seja para defender os Açores, os dezanove concelhos e as nove ilhas dos Açores, muito dificilmente terão a sua critica, sendo que, ainda muito recentemente, o Deputado Paulo Moniz disse que, a esmagadora maioria dos compromissos assumidos para com os Açores, não estavam inscritos nesta proposta de Orçamento relativamente ao próximo ano de dois mil e vinte e quatro e, tendo em conta essas dúvidas, apesar de ser verdade que há uns meses falaram e questionaram este assunto, em bom rigor e tudo correndo de forma linear, o ideal seria já está a ser executada aquela situação daquele formalismo da Praia Ambiente e da Câmara, sobre a transposição de dinheiro entre entidades, mas, no entanto, ainda bem que o Partido Socialista tem essa propositura e capacidade de influência, para tentar assegurar, com a certeza absoluta, que esse tipo de investimentos para a Praia da Vitória, vão ser efetivamente assegurados, e esperando que futuramente sejam executados.----------

--------A senhora Presidente agradeceu a resposta do Vereador Marco Martins e acrescentou que, de qualquer forma, lhe parece estranho que o Partido Socialista, com o Deputado que tem na República, que nem tão pouco é o Deputado eleito pela ilha Terceira, e que um Deputado com assento na Assembleia Legislativa Regional e que é Vereador na Câmara Municipal, apresentem a defesa desta matéria, sem toda a informação e após a mesma ter sido discutida numa reunião de Câmara, e do Executivo ter referenciado e de terem sido contrariados aqui, nessa mesma reunião, com a alegação de que a Câmara podia assumir a contratualização que tinha sido feita anteriormente, pelo anterior Executivo, sendo que, este Executivo veio, após a ida à reunião com o senhor Secretário de Estado, comprovar que aquilo que diziam, efetivamente, tinha de ser alterado.----------

--------Continuou dizendo que, durante um ano, pediram, por diversas vezes, para serem recebidos e que, depois de se terem manifestado através da nota pública que emitiram no dia oito de maio, e por incrível que pareça, receberam no dia nove de maio, um contacto do Ministério do Ambiente, ou seja, isso só aconteceu, no dia seguinte à nota pública e que, quando reuniu com o senhor Secretário de Estado, este também lhe disse que lia noticias, o que muito lhe agradeceu, porque, caso ele não lesse noticias, o Executivo não tinha chegado lá e, portanto, não foi por interferência dos Deputados do Partido Socialista na Assembleia da República, nem na Assembleia Legislativa Regional, nem tão pouco o Vereador da oposição desta Câmara, que traçou este momento para que se pudesse chegar a uma solução, e isto é que tem de ficar esclarecido, porque o trabalho foi feito e o valor inscrito, mas foi no âmbito do trabalho que este Executivo e a Praia Ambiente fizeram no intuito de fazer chegar ao Ministério do Ambiente tudo o que era necessário para esclarecer esta matéria e para contornar o que teria sido assinado sem qualquer fundamento, porque o que contrariam aqui este Executivo, e até o próprio Ministério do Ambiente, de acordo com a nota pública que emitiram, é que isto era um mero ato administrativo, mas, no entanto, não era um mero ato administrativo, razão pela qual o corrigiram e, neste momento, estão disponíveis para formalizar com a Praia Ambiente, ou com o Município e a Praia Ambiente, para que não ocorram os constrangimentos que, anteriormente, tinham sido gerados, até porque, a lei é que tem de prevalecer e o Executivo não fez mais do que dizer que não iriam infringir a lei para pôr o projeto em execução e, portanto, não era por falta de vontade de o executar, mas sim porque não queriam infringir a lei e, nesse sentido, tiveram de pedir a colaboração da entidade. ----------

--------Referiu, ainda, que o certo é que, em dois mil e vinte e três, não se conseguiu executar e negociaram para que o prazo pudesse avançar, mediante o compromisso da inscrição no ano de dois mil e vinte e quatro e, face ao momento que estão a viver, também se propuseram a fazer uma avaliação relativamente ao valor total da obra e que perfaz os cinco milhões e trezentos mil euros, ou seja, não são os quatro milhões e seiscentos mil euros, o que demonstra quanto os Deputados desconhecem esta matéria, nem, tão pouco, pediram informação sobre a mesma, porque em nenhuma reunião foi pedida essa informação, nem a Praia Ambiente recebeu qualquer tipo de pedido em relação a esta questão, para, depois, virem dar nota pública de uma questão em que não interferiram.----------

-------- A senhora Presidente continuou dizendo que aceita se quiserem ser colaborantes, mas que o digam e que o Executivo está cá para enaltecer, mas reivindicarem, porém, um percurso que não foi feito, nem assumido, pelo Partido Socialista, é muito inconveniente, porque todas as diligências foram tomadas por este Executivo e, o que os senhores Vereadores se limitaram a fazer, em reunião de Câmara, foi apresentar questões, as quais foram respondidas, tendo sido dito que se iria dirigir ao Ministério, onde foram recebidos, no dia vinte e cinco de maio e, a partir daí, foram várias as diligências para poderem desfazer o contrato que teria sido assinado, mas com a segurança de que o valor transitaria para o ano de dois mil vinte e quatro e, depois e como é uma obra grande, não poderia, com toda a certeza, ser concluída num intervalo de um ano, pelo que era preciso que fosse feita de forma parcelada e organizada, nos próximos três anos, com uma atualização de custos e, portanto, todo este trabalho foi desenvolvido, mas não pelo Vereador e Deputado Berto Messias e, muito menos, pelo senhor Deputado Francisco César, e até entenderia que dessem uma nota publica para enaltecer o valor inscrito, mas não dizerem que contribuíram para isto, pelo que pergunta qual o caminho feito para apresentarem essa nota, ainda para mais, referindo os quatro ponto seis milhões de euros, o que mostra total desconhecimento pelo que estava a ser trabalhado.----------

-------- O Vereador Marco Martins respondeu que, relativamente aos deputados eleitos à Assembleia da República, importa perceber que, ao contrário das eleições regionais, nas legislativa pelos Açores, não há círculos de ilha, há o circulo regional, sendo que o Partido Socialista tem três deputados eleitos e que gerem as suas agendas com autonomia e não com uma visão estanca, até porque, se fosse assim, seis ilhas estariam fora de qualquer atuação e não é assim, pelo que, neste caso, e com a liberdade que lhe assiste, foi o Deputado Francisco César, como poderia ter sido outro deputado.----------

-------- Prosseguiu dizendo que, quando a senhora Presidente disse que não teria conhecimento da matéria, houve contactos diretos com o Ministério do Ambiente, com quem, aliás, a Câmara articulou a informação e, obviamente, foi com base nessa informação que ocorreram algumas conversas, mas, no entanto e a sua opinião, o importante, mais do que os louros, é conseguir executar esta verba, e os louros estarão, se calhar, algo distantes das pessoas que estão nesta sala, e que é preciso perceber que, antes de mais, isso não é um compromisso deste ano, nem do ano passado e que é verdade que houve aqui alguns entraves, e que o Executivo teve que fazer os seus contactos, dos quais a senhora Presidente deu nota, tendo havido, se a memória não lhe falha, troca de e-mails, e tendo a senhora Presidente sido recebida, não há muitos meses, por uma delegação do Ministério do Ambiente, mas estão a falar de um investimento, relativamente ao qual, havia um compromisso político ainda com o anterior Executivo, e que tardava em ficar clarificado e definido de forma cabal e, a verdade é que se levantaram algumas vozes legitimas, tendo sido, na sua opinião, muito bom o trabalho da oposição, a nível nacional, tentando garantir, ao máximo, que os compromissos sejam efetivados e, assim sendo, referiu que percebe, perfeitamente, o papel do Deputado Paulo Moniz, como acha perfeitamente legitimo, e até saudável, essa magistratura de influência também da vereação do Partido Socialista, junto do Ministério do Ambiente, vendo isso mais como uma complementaridade. ----------

--------Salientou, ainda, que lhe parece uma situação pacífica e que a Câmara devia estar preocupada com a execução, porque esse é o grande desafio para a Câmara e para a Praia Ambiente, e que tem a certeza absoluta de haver intenção e empenho absolutos, tanto da Praia Ambiente, como do Executivo, esperando que assim aconteça e concluindo que está na altura da Praia capitalizar investimentos, sejam públicos, sejam privados, e deixar de se preocupar em saber se os louros foram do Partido Socialista, ou do Partido Social Democrata, para que todos remem para o mesmo lado. ----------

--------A senhora Presidente retomou a palavra e disse que, se tivessem pedido os dados, estes estariam corretos e, pelo menos, tinham feito chegar a informação do valor correto, com a devida avaliação para a inscrição em dois mil e vinte e quatro e, aí, veriam o trabalho desenvolvido para que se pudesse chegar a esta inscrição e que a preocupação do Executivo, obviamente, era começar a executar rapidamente, o que só não fizeram, há mais de um ano a trás, porque, quando viram o contrato assinado, deram conta que o mesmo, mais uma vez, não cumpria a lei e, portanto, lamenta que tenham encontrado mais um contrato fora da legalidade, mas, o que é certo, é que o corrigiram, e como também já deu nota pública, todas as vezes que a questionam em relação ao Orçamento do Estado para dois mil e vinte e quatro, o que enaltece é, efetivamente, a inscrição deste valor, despois do trabalho que foi desenvolvido, porque, políticas à parte, o que interessa, essencialmente, é que todos concordam que esta matéria é essencial para a Praia da Vitória, sendo, efetivamente, essencial que se comece a executar. ----------

--------Continuou dizendo que este a República assumiu este compromisso há algum tempo e que já deveria estar a decorrer e, nesse sentido e mediante a proposta de envolvência nesta matéria, também deveria saber como fazer chegar essas verbas e que, no cumprimento total da legalidade, tinha, obrigatoriamente, de passar pela Praia Ambiente, e não colocar a Câmara Municipal a cometer uma ilegalidade, porque, como o senhor Vereador bem sabe, a Câmara Municipal não pode fazer transferências relativamente a investimento para as suas empresas municipais e, portanto, tudo foi diligenciado e levou tempo, mas é de lamentar que tenha sido um ano perdido e que se podia estar a terminar o ano com algum nível de execução, mas o desfecho foi este. ------

--------Disse, ainda, que, no âmbito da relação de cordialidade que têm tido com o Ministério, permite-lhe dizer que têm todas as condições para, no início do ano, se fazer esta contratualização e passar à execução, sendo isso que querem, com o compromisso de, ao longo dos três anos, poderem tratar este assunto com o devido respeito e responsabilidade. ----------

--------O Vereador Marco Martins retomou a palavra e referiu que, em mais de dois anos de mandato deste Executivo, os Vereadores do Partido Socialista nunca teceram, nem irão tecer, comentários sobre o que acham que, legitimamente, devem ou não fazer, mas compete também à oposição, o escrutínio do que efetivamente fazem e, de facto, foram dois anos atrás de uma cortina de ilegalidades, e desconformidades, não se avançando para o PRR – Plano de Recuperação e Resiliência, porque existem casas que não estão em nome da Câmara e, enquanto isso, temos a notícia de cento e oito milhões de euros para a Câmara de Angra, apesar dos Vereadores do Partido Socialista implorarem para que houvesse a candidatura, quando já haviam dados recolhidos pela

DRH, e noutras entidades, que poderiam acelerar o processo e perdeu-se aqui, provavelmente, muitos milhões. ----------

-------- Disse, ainda, que, o Partido Socialista, sempre que entender e dentro da sua autonomia, estará na linha da frente a bater o pé, e a usar a sua magistratura de influência para conseguir, também, capitalizar investimentos, quer o Executivo esteja de acordo, quer não e, do seu ponto de vista, também já chega de desculpas, apesar de alguns *dossiers* carecerem de ajustamentos, porque nenhuma Câmara trabalha na base da ilegalidade, mas pede-se celeridade na decisão e que não se percam oportunidades. ---

-------- De seguida e relativamente aos trabalhadores da Cooperativa Praia Cultural, o Vereador Marco Martins questionou sobre o ponto de situação.----------

-------- A senhora Presidente respondeu que, como tem sido do conhecimento público, os senhores Vereadores estão, obviamente, informados do que tem sido os últimos dias, principalmente após a votação da proposta do Bloco de Esquerda, em relação a esta matéria dos despedimentos, na Assembleia Legislativa Regional. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que esta matéria era, sem dúvida, de extrema importância, e que foi informada, à data da votação, que seriam reunidos os esforços para se travar, efetivamente, os despedimentos referentes aos vinte e nove trabalhadores que estavam inerentes ao despedimento coletivo da Cooperativa Praia Cultural e, nesse sentido, e obviamente que têm a total autonomia e não tem como expressar a sua opinião em relação a esta matéria, perante a votação, mas o que é certo é que, face aos contactos que recebeu dos membros do Governo, o que disse e assume, é que esta situação estava a terminar, sendo um processo que começou muito atrás, no início do ano, e que, para o Executivo, os despedimentos seriam irreversíveis, também face às questões da legalidade, sendo que esta situação, infelizmente, aconteceu na semana em que estava mesmo a terminar o prazo para a efetivação do despedimento. ----------

-------- Continuou dizendo que, nesse sentido, e não é por não estar na defesa destes vinte e nove funcionários, mas sim na defesa do total dos funcionários que estão afetos à Cooperativa Praia Cultural, que deu nota pública e disse, ao senhor Secretário das Finanças e, inclusivamente, ao senhor Presidente do Governo, que, quando usou a palavra irreversível, foi porque, conforme a orientação jurídica que recebeu, num processo de despedimentos, ou é completamente interrompido, ou dá-se-lhe seguimento, não existindo a figura da suspensão, pelo que, não tinham condições e base legal para fazer essa suspensão e analisar toda esta matéria. ----------

-------- Ainda sobre esta questão, salientou que nunca foram a favor de qualquer tipo de despedimento, e que sempre falaram desta matéria no sentido de uma inevitabilidade por causa dos constrangimentos gerados neste Município e por este Executivo encontrados, sendo a situação financeira que se vive, que os obriga a traçar este caminho e que, por mais que os Vereadores do Partido Socialista contrariem, muito foi feito na tentativa de minimizar toda esta situação. ----------

-------- Referiu que também é importante ficar aqui assente que, a situação da Praia da Vitória, não era do desconhecimento do Governo Regional dos Açores, porque se deslocou à Presidência do Governo, mais do que uma vez e reuniu com o senhor Presidente do Governo e com o senhor Vice-Presidente, articulando com o senhor

Secretário das Finanças e, inclusivamente, também pediu auxílio à Secretaria da Educação e, portanto, várias diligências foram feitas em relação a esta matéria, pelo que não é verdade dizer que a situação era do desconhecimento do Governo.----------

--------Continuou referindo que não se pode dizer que a situação era do desconhecimento do Governo, porque tiveram, efetivamente, tomadas de posição do Governo em relação a esta matéria, e fizeram diligências para saber quem poderia auxiliar a Câmara Municipal da Praia da Vitória e colaborar com a Autarquia, nomeadamente, fê-lo a Vice-Presidência do Governo e o senhor Secretário das Finanças, e assumindo que era para reverter este processo, o mesmo teria de ser tratado mediante a base legal permitida, o que obriga a um trabalho minucioso e foi nesse sentido que pressionou o Governo, nos últimos dias, porque, por mais que queira o bem destes vinte e nove funcionários, também quer o bem dos noventa e dois funcionários que estão para transitar para a Câmara Municipal, após a avaliação financeira, e têm de aceitar que, sem uma contratualização, e sem uma base jurídica que possa sustentar, perante a Câmara Municipal e para a fazer chegar à Cooperativa Praia Cultural, as necessidades que se prendem com estes vinte e nove, ou até com os trinta e seis funcionários, que estão envolvidos neste despedimento, nunca poderia travar isto, sabendo que poderia pôr em causa não só este vinte e nove, como todos os outros.--------

--------Continuou dizendo que este processo exige determinação e muita responsabilidade e, portanto, nada foi dito em vão, muito menos por teimosia, porque se há coisa que defende, é que a teimosia pode ser utilizada para as coisas boas e aqui se prova que a teimosia pode se utilizada para coisas muito boas, e ainda bem que houve esse reconhecimento mas, no entanto, não pode deixar de perguntar aos Vereadores do Partido Socialista que têm assento nesta Câmara, o que é que fizeram para travar estes despedimentos, porque, se há quem tenha informação para minimizar esta situação, eram os Vereadores do Partido Socialista, questionando como é possível aparecerem, mais uma vez, atrelados ao Bloco de Esquerda, e fazendo transparecer que não têm responsabilidade nenhuma nesta matéria e criticar quem avança e se propõe a fazer, efetivamente, a defesa destas pessoas. ----------

--------Referiu, ainda, que há um conjunto de diligências que estão a ser tomadas e que, por isso, tem a dizer que pressionou no sentido efetivo de poder defender os interesses do Município, dos munícipes e do próprio Executivo, que tem passado por muito, mediante o que encarou, e já teve, até, o privilégio de poder dizer, em Assembleia Municipal, que não deveria ser este Executivo a viver a injustiça que viveram aqui, porque não foi este Executivo quem gerou isto.----------

--------Recordou, também, que, está a fazer um ano desde que os senhores Vereadores do Partido Socialista começaram a usar a palavra “despedimentos”, quando o Executivo apresentou a situação de uma auditoria que poderia originar um processo de redução de trabalhadores, face à avaliação técnica que estava feita e face à avaliação financeira que esta Câmara tinha em sua posse e, portanto, e numa posição responsável, o Executivo falou com todos, deu a “cara” e propuseram um mútuo acordo com extinção do posto de trabalho, e com uma compensação, para se tentar minimizar as situações, e para que, nem tão pouco, tivessem que chegar a despedimentos, mas o Partido Socialista entendeu que poderia falar de despedimentos. ----------

--------Continuou referindo que, se o Partido Socialista não queria falar de despedimentos, perguntava porque razão, em novembro do ano passado, não apresentaram propostas, nem defenderam estes vinte e nove funcionários, ou os trinta e seis que fariam parte do despedimento coletivo, e que o senhor Vereador não só tem assento nesta Câmara, como também é Deputado na Assembleia Legislativa Regional, pelo que questiona, também, a razão pela qual foram para a Assembleia Legislativa Regional e colocam-se ao lado do Bloco de Esquerda, quando são os senhores Vereadores que têm conhecimento de causa, mas que não o fizeram. ----------

--------O Vereador Marco Martins usou da palavra dizendo que, desde o início, o Partido Socialista traçou uma linha vermelha, dizendo que era contrário aos despedimentos, e que foi há cerca de um ano que, pela primeira vez, se falou dos despedimentos, pela boca dos Vereadores do Partido Socialista, e, concretamente, pela sua boca, perguntando, se não fossem os Vereadores do Partido Socialista a alertar e a chamar a atenção para o que estava para vir, e se não fosse o trabalho, acima de tudo, dos trabalhadores, os quais merecem grande mérito, na rua, junto dos sindicatos, se não fosse a contestação pública de várias forças políticas, gostariam de saber, em vez dos trinta e seis, o que é que poderia ter estado em cima da mesa e falaram, obviamente, com os dados concretos que lhes foram chegando. ----------

--------Continuou referindo que, mais uma vez, a senhora Presidente diz o que não é politicamente correto, quando pergunta o que é que o PS fez para evitar os despedimentos, mas a senhora Presidente tomou a decisão, junto com a sua equipa, que naturalmente não terá sido fácil, de não renovar uns tantos contratos a termo, porque não havia condições, de acordo com a avaliação que fizeram e que os Vereadores do Partido Socialista, grosso modo e apesar de algumas dúvidas, respeitaram. ----------

--------Referiu, também, que questionaram, aqui e várias vezes, se conseguiam identificar, junto do universo de todo o grupo municipal, quantas pessoas, num hiato temporal, de quatro, seis ou oito anos, iam para a reforma, para tentar perceber se existia alguma possibilidade de ocorrer alguns casos de reformas antecipadas, e que tentaram perceber, transpondo do presente para o futuro, o emagrecimento que poderia acontecer, sem qualquer problema para nenhuma das partes, nem para a Câmara, nem para os trabalhadores, mas não lhes conseguiram responder a isso, dizendo ainda que também deram a sugestão, que poderia ser viável, à semelhança de muitas autarquias que recorreram ao FAM – Fundo de Apoio Municipal, de criar um rácio em que, apenas a cada duas saídas, se poderia admitir uma nova entrada, a não ser, obviamente, em situação excecional, em que teria de haver, também, uma medida excecional.----------

--------Prosseguiu salientando que, chegaram a dizer, sem demagogias, que não podiam pedir a manutenção dos trabalhos e, ao mesmo tempo, um aumento de investimento, sendo que perceberiam perfeitamente que houvesse aqui alguma retração e apresentaram, também, algumas medidas de contenção da despesa, como, por exemplo, a negociação de rendas, seguros e telecomunicações, a capitalização ao máximo dos investimentos e dos fundos do novo quadro comunitário do PO 2030, do PRR e, em concreto e na luta pelos despedimentos, fizeram aquilo que nunca tiveram coragem de fazer, pois até na rua estiveram com os trabalhadores e tiveram reuniões com os sindicatos, e com os trabalhadores e, no dia vinte e nove do mês passado, pela figura do

Presidente da Assembleia Municipal, não os deixaram apresentar um voto de reversão dos despedimentos, na Assembleia Municipal, onde, por acaso e por ironia, houve tempo para duas horas e meia de almoço, mas não houve para mais dez minutos para apresentar um voto daquele teor. ----------

-------- Continuou destacando que, o problema da Câmara, por se ter chegado até aqui, é de todos os que tiveram responsabilidades políticas e perguntou se, nestes dois anos de mandato da senhora Presidente, alguma vez disseram que o valor da dívida, grosso modo, de trinta e cinco milhões, foi feito pela senhora Presidente, mas, porém, a senhora Presidente candidatou-se, com a sua equipa e disse aos praienses que teria capacidade para responder efetivamente e, de forma afirmativa, nunca foi falado em despedimentos, tendo sido essa a solução que encontrou e, aliás e quando falaram, aqui, há uns meses, que não havia plano B para o IMI – Imposto Municipal sobre Imóveis, é a sua bancada que diz que havia, e agora, quando dizia que os despedimentos eram irreversíveis, é o seu Governo que diz que vai corroborar aquilo que os Vereadores do PS também diziam. ----------

-------- Continuou dizendo que, a articulação e parceria com o Governo Regional, foi a grande bandeira da campanha eleitoral deste executivo e, quantas vezes falaram que, uma das soluções, era envolver o Governo Regional, e isto partindo do princípio de acharem que era necessário um ajustamento e emagrecimento que passasse por despedimentos, mas foi há poucos dias, através de um projeto de resolução apresentado pelo Bloco de Esquerda, mas, no entanto, tentaram usar outros mecanismos, aqui, em sede de reunião de Câmara, para chamar a atenção, e tentaram encontrar outras vias, questionaram o número de colaboradores que iam ser despedidos, a reformulação dos serviços e as informações foram poucas ou nenhumas, pelo que, não é verdade que os Vereadores do PS não fizeram nada, tendo o processo falhado, completamente, no respeito à dignidade dos trabalhadores, com pouca informação.----------

-------- Reforçou que, o grande mérito não é político, mas sim dos trabalhadores que não baixaram os braços e que foram para a rua, reuniram com os sindicatos e, nalguns casos, num estado emocional de bradar aos céus, como na Assembleia Municipal de vinte e nove de setembro, onde, após alguns elementos terem falado publicamente, o que não é fácil, foi um silêncio ensurdecedor, que não consegue qualificar, da senhora Presidente, tendo sido essa a resposta que teve na altura, e quando o PS apresentou um voto, a resposta que teve, da parte do senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi não permitir a apresentação desse voto.----------

-------- Disse, ainda, que, sem qualquer ironia, fazia um elogio à senhora Presidente, quando prestou declarações públicas após o último plenário da Assembleia Legislativa Regional, e aprovou esta Resolução, tendo, de facto, dito que, não tinha recebido qualquer contacto do Governo Regional, o que, na sua perspetiva, fez muito bem porque, em primeiro lugar, mais do que defender interesses partidários, são as pessoas que os eleitos devem defender.----------

-------- Face a essa situação, referiu que não consegue perceber como é que, numa sexta-feira há uma tomada de posição praticamente unânime e o Governo Regional não liga para a Câmara, nem a Câmara liga para o Governo Regional, passados dois, três, quatro dias, dizendo a senhora Presidente que, neste processo, não é correto dizer que o

Governo Regional não tinha informação e que nada fez, perguntando, então, o que é que fez até àquela data. ----------

-------- Em suma, disse que, para os Vereadores do PS, o processo foi pouco transparente, com muitas reclamações dos trabalhadores por não perceberem a razão do seu despedimento, em que a informação do carácter indemnizatório não tinha uma informação cabal dos anos de serviço, já nem falando da questão do subsídio de desemprego, em que seria importante, obviamente, terem tempo para assegurar, e que não era um processo tão linear quanto isso, até porque existe um rácio, que acredita ser de vinte e cinco por cento, dos que poderiam ter direito ou não. ----------

-------- Continuou dizendo que era perfeitamente legítimo e tem a certeza absoluta, que, em dois anos de trabalho da parte deste Executivo, não é, de maneira nenhuma, correto, dizer que os Vereadores do PS falharam e que não apresentaram alternativas ou soluções. ----------

-------- Salientou que é importante, para os Vereadores do PS, enquanto oposição, é importante para o Executivo e, acima de tudo, é importante para os trabalhadores, perceber, efetivamente, o que vai acontecer doravante, tendo em conta o que está plasmado na proposta de Resolução do Bloco de Esquerda e que, não havendo despedimentos, obviamente, voltam ao posto de trabalho e deixa de ter efeito a indemnização, mas, no entanto, estão a falar de uma situação transitória, para dar algum tempo ao Governo Regional, em articulação com a Câmara Municipal, no sentido de uma integração, através do mecanismo da mobilidade destes elementos, não se sabendo se de todos, mas presumindo que sim, nos serviços da administração pública regional. ---

-------- Concluiu perguntando se, de facto, é este o entendimento, porque a Resolução, de grosso modo, é isso que diz, e quais são as próximas etapas, o que é que está previsto, qual o cronograma firmado e quais os próximos desenvolvimentos. ----------

-------- A senhora Presidente usou da palavra para dizer que, o Vereador Marco Martins, durante a sua intervenção, usou, mais do que uma vez, a palavra “emagrecimento” e, na sexta-feira em que este processo foi votado, o Vereador Berto Messias brincou com a palavra “emagrecimento”, no sentido depreciativo, de falta de consideração deste Executivo em, simplesmente, querer reduzir postos de trabalho, e acha interessante que, afinal, se perceba que não é este Executivo que bate nesta palavra, face a tudo o que o Partido Socialista, infelizmente, gerou nesta Câmara, mas prefere continuar a usar a expressão “redução”, porque, infelizmente, só essa redução é que dava capacidade de sustentação e isto não é outra coisa, senão, responsabilidade, ou seja, agir mediante a capacidade efetiva que têm para suportar, avaliação essa que tiveram de fazer de forma muito dolorosa, até chegar ao número de pessoas que, infelizmente, ficou colocado nesta posição. ----------

-------- Mais referiu que, não disse que o Partido Socialista não tinha feito nada, questionou foi o que é que o Partido Socialista tinha feito, o que é diferente, mas o Vereador Marco Martins também teve a possibilidade de enumerar os vários momentos em que estiveram presentes. ----------

-------- Relativamente à forma como o processo será conduzido, disse que, como era sabido, receberam um ofício a formalizar a intenção do Governo Regional e que, enquanto não recebeu esse ofício, não podia, de todo, pôr em risco o município da Praia

da Vitória e, portanto, não atuou enquanto não teve um compromisso e que, mediante o compromisso do senhor Presidente do Governo Regional, entendeu que precisava muito mais do que isso, que é a verdadeira sustentação desta Autarquia face a este momento que vão ter que viver e que não sabem por quanto tempo se processará. ----------

-------- Continuou referindo que, o senhor Secretário das Finanças também teve a oportunidade de lhes dizer que este processo era complexo e que, não sendo de solução fácil, levará o seu tempo e que terá de haver uma sustentação jurídica, para que tudo possa ser validado e que, efetivamente, é um processo delicado e que, se calhar, não foi ponderado anteriormente, porque, a Câmara Municipal, sempre evidenciou que, sem uma sustentação financeira da parte do Governo Regional, era impossível, à Câmara, fazê-lo. ----------

-------- Continuou dizendo que é bom que o Governo queira trabalhar na solução e que era isso que agora interessava e que estão a trabalhar para a solução, mesmo com os constrangimentos de terem, agora, os contratos dos vinte e seis funcionários que estariam a terminar na sexta-feira, serem, todos eles, repristinados, sendo esta a figura jurídica para fazer a reversão, que existe de forma comprovada e, obviamente, com a comunicação aos funcionários que ainda não tivessem saído e que seriam os que iam sair até ao final do ano, pelo que se conseguiu estabilizar toda esta situação. ----------

-------- Acrescentou que, para que todos os direitos das pessoas envolvidas pudessem estar devidamente assegurados, a Câmara tem o seu advogado a tratar de toda esta situação, mas também tiveram a oportunidade de reunir com vários elementos e departamentos do Governo, com suporte jurídico, para melhor avaliação desta situação e para se preparar um documento que será um memorando de entendimento, e que, assim, haverá verdadeira sustentação para um processo difícil como este.----------

-------- Prosseguiu referindo que haverá a envolvência da Câmara Municipal, da Cooperativa Praia Cultural e do Governo Regional, mas, também, dos sindicatos e dos funcionários, porque acha que isso é muito importante, e teve a oportunidade de reunir com alguns dos funcionários, sendo que, em nome da comissão de trabalhadores, eles próprios também teriam assumido, perante o Executivo, que estariam na disposição de assinar algum documento, ou de se manifestarem, mediante a possibilidade de conseguirem esta transição e que estariam disponíveis para isso, sendo importante que fique transposto num documento completo, que dê segurança para se avançar com todo este procedimento e que, nesse sentido, já estão a trabalhar nesta matéria, que todos os funcionários estão informados para regressarem aos seus postos de trabalho e, efetivamente, para se tratar de todas as diligências necessárias para se reverter a situação, e que também estão a trabalhar com o Governo Regional, num conjunto de dados que têm de ser encaminhados para o Governo, para que possam, com o máximo de celeridade, tratar de tudo o que diz respeito a estas categorias, números de funcionários e para a própria avaliação do cumprimento da escolaridade, para efetivarem as categorias às quais estão anexos. ----------

-------- Em suma, salientou que há uma data de dados que têm de ser avaliados e que os obrigam a ter tempo para essa situação e, portanto, já estão a trabalhar nesse processo.---

-------- Referiu, ainda, que já teriam iniciado esse procedimento com os noventa e dois funcionários para poderem fazer o acolhimento dos mesmos através do concurso, ao

abrigo da internalização e que têm de trabalhar com todos os outros para fazerem essa receção. ----------

-------- Mais informou que, o que está a ser avaliado é, não só em relação aos vinte e nove funcionários, mas sim em relação aos trinta e seis funcionários que poderão estar neste universo, porque todos estes trinta e seis receberam uma comunicação relativamente ao despedimento coletivo e, se há uma coisa que não querem gerar, é nenhum tipo de injustiça, pelo que, mesmo sabendo que esta votação e discussão foi muito em torno destes vinte e nove funcionários, fizeram sempre chegar ao Governo que, numa base de justiça e igualdade, teriam de ter em atenção estas situações e, portanto, todos eles estão em contato com a Cooperativa e com o escritório de advogados da Câmara, dando as devidas justificações para cada situação, sendo que, neste momento, ainda não pode fazer o apuramento final, porquanto foi pedido que os funcionários regressassem ao serviço hoje e, na verdade, ainda não têm esse apuramento, sendo que esta situação também obrigava os funcionários a restituírem o valor da indemnização, sendo necessário fazer o devido apuramento, e que, nesse sentido, têm de fazer chegar toda esta informação completa e continuarem a trilhar o caminho que já estavam a fazer para o acolhimento dos noventa e dois funcionários. -----

-------- Realçou que, o que interessa à Câmara é fazer isso com a maior brevidade possível, e que o desígnio do Executivo era poder ter este processo de internalização concluído até ao final do ano e que, apesar de já se estar no mês de novembro, não seria por isso que iriam deixar de trabalhar, mesmo sabendo que poderão correr o risco de não o conseguir fazer, mas vão continuar a diligenciar para que este procedimento seja feito o quanto antes, concluindo que, o essencial era a sustentação financeira, porque, se tivessem tido sustentação financeira, também não tinham feito isso, pelo que hão de convir que, se não houver forma de assegurar tudo isto, aí sim, todas estas pessoas ficarão numa situação delicada. ----------

-------- Prosseguiu salientando que era isto que estava a ser tratado, que o memorando está a ser trabalhado entre ambas as entidades, bem como o contrato ARAAL, para que se possa dar a sustentação que o Município precisa, mediante a avaliação do número de pessoas e das carreiras, para se perceber o custo que terão para os próximos meses, com a alteração da preparação do próprio orçamento municipal, ou seja, tudo isto obriga a uma atualização dos dados, sendo nesse sentido que estão a desenvolver trabalho, o qual acreditam que segue num bom sentido e que, no seu entender, o que interessa é, efetivamente, ver esta situação revertida e pensar que este memorando há de ser cumprido na íntegra, porque, na verdade, o que foi votado, foi que houvesse esta transição e que passassem pela administração pública, mas com o destino de chegarem à administração regional e, nesse sentido, o trabalho será delineado e, obviamente que, depois, os senhores Vereadores também hão de fazer o acompanhamento de toda a situação, mediante os dados que a Câmara for tendo e que lhes fará chegar, assim como ao memorando, quando assinado, para que os senhores Vereadores tenham conhecimento. ----------

-------- Disse, ainda, que terão de avaliar e fazer as propostas que lhes deem o máximo de segurança, no sentido efetivo de poderem defender estas pessoas, mas também salvaguardar os interesses da Autarquia, como fez desde o primeiro momento, e os

interesses da Autarquia são no sentido de salvaguardar o que a Cooperativa Praia Cultural precisa para sustentar todo este pessoal, conhecendo os constrangimentos, quer da Cooperativa, quer da Câmara Municipal, e que, sem sustentação financeira por parte do Governo Regional, não seria possível, sendo isso que está a ser trabalhado e contratualizado, tendo sido assumido por todas as entidades, existindo já agendamento com os dois sindicatos, porque também sabem que houve articulação entre os mesmos e o senhor Presidente do Governo e, portanto, estão, completamente, disponíveis para trabalharem na solução, como, aliás, sempre estiveram, referindo que conseguiram algumas soluções, ou seja, dentro de todo este universo, conseguiram minimizar situações e, agora, foi trabalhar para que possam, efetivamente, dizer que não existiu um processo de despedimentos na Cooperativa Praia Cultural e que tudo farão para que esta integração corra dentro do mínimo tempo possível para que a sobrecarga não seja demasiada para o Município e para tratarem de todo o procedimento para que possam, efetivamente, chegar a um concurso à administração regional e assim poderem efetivar aquilo com que se estão a comprometer. ----------

-------- Acrescentou que vão, também, conversar com os sindicatos, porque, na verdade, fizeram sempre o reconhecimento de que estas entidades são essenciais para trabalhar esta matéria, e sempre o fizeram desde o início e, portanto, estão envolvidas neste momento e vão continuar a estar, porque, efetivamente, havendo uma comissão de trabalhadores, não obriga a que deixem de ter os contactos com as entidades sindicais e, assim sendo, estarão todos a trabalhar para uma boa causa, sendo isso que lhes interessa.----------

-------- Terminou dizendo que, no âmbito do desenvolvimento de toda a situação, neste momento, não pode apresentar mais dados, mas o que está a ser trabalhado é o memorando e o contrato ARAAL para assinatura, mediante o que é proposto à Câmara Municipal e que esta aceitou, conforme o que vai ser trabalhado agora e, assim sendo, vão, certamente, fazer o acolhimento de todos estes elementos, perceber aqueles que, de alguma forma, já possam ter escolhido e delineado outro caminho e, portanto, também têm de trabalhar com dados concretos, perceber quantas pessoas efetivamente ficam, quais os que estão disponíveis para aceitarem esta posição, porque o objetivo da contratualização é no sentido da Autarquia ser um veículo para que esta pessoas possam chegar à administração pública regional, pelo que tudo isto vai ser conversado e devidamente contratualizado, para, então, poderem dar seguimento ao processo. ----------

-------- O Vereador Marco Martins interveio referindo que, chegados a este ponto, este processo, que já era complexo, ganhou, obviamente, uma complexidade ainda maior, mas, evidentemente que não têm qualquer oposição a que esteja a ser preparado e criado esse memorando de entendimento, ainda para mais que irá abranger, praticamente, todas as entidades, pelo menos que tenham participado diretamente no processo, ou que tenham alguma responsabilidade no mesmo, designadamente a Câmara Municipal, Governo Regional dos Açores, a própria Cooperativa, sindicatos e trabalhadores. ---------

-------- Prosseguiu dizendo que lhes parece uma boa estratégia, onde todos tenham o direito de se fazer ouvir e que seja, também, um instrumento de clarificação de dúvidas e que certamente irá acontecer, mesmo do ponto de vista administrativo e legal.----------

-------- Relativamente ao contrato ARRAL questionou se, neste momento, existe garantia de que haverá, também, um financiamento por parte do Governo Regional, embora acredite que tenham feito esta avaliação. ----------

-------- Referiu, também, que é verdade que há um novo desafio colocado à Câmara, que é o de assegurar mais alguns meses de salários, sendo certo que, neste momento, se calhar, será difícil dizer quantos, mas também é verdade que haverá uma poupança não prevista relativamente ao carater indemnizatório, ou seja, esse carácter indemnizatório certamente dará para alguns meses de salário e essas contas serão fáceis de fazer, mas se a avaliação do Executivo foi que era necessário, apesar desta poupança, esse financiamento através do contrato ARAAL com o Governo Regional, gostaria de saber os termos do mesmo. ----------

-------- Quanto à questão da nomenclatura e se falaram de despedimentos, emagrecimentos ou redução, disse que, no seu entender, isso será o menos importante, mas a verdade é que, não há muitas semanas atrás, trinta e seis trabalhadores não receberam uma notificação, de uma nutricionista, ou de um nutricionista, a dizer que iam ser alvo de emagrecimentos, nem nunca ouviu nenhum a dizer que ia ser alvo de uma redução, receberam uma notificação da Câmara a dizer que foram alvo de despedimentos e, por vezes, a pureza das palavras têm que existir, e têm de ser ditas e oxalá que, de facto, isso não aconteça.----------

-------- Referiu, ainda, acreditar que, neste momento, as coisas estão encaminhadas de maneira para que não aconteça, num processo complexo e desafiante, onde, neste momento, persistem algumas dúvidas, porque, como já disse anteriormente, se já era complexo antes, agora ainda é mais, pois cruza com outras variantes, havendo que cruzar todos os trabalhadores, com o objetivo de garantir uma boa solução para esse grupo, mas sem prejudicar, obviamente, os demais.----------

-------- Em suma, perguntou se a senhora Presidente podia ser uma pouco mais sucinta relativamente ao contrato ARAAL. ----------

-------- A senhora Presidente respondeu que, ainda não pode dizer os termos que irão constar no contrato ARAAL, porque está sob avaliação jurídica para que haja a fundamentação legal e, portanto, o trabalho está a ser desenvolvido na constituição de um memorando de entendimento, para que também possam envolver o máximo de entidades e darem a possibilidade de, durante o tempo em que está a decorrer, poderem fazer o apuramento dos valores efetivos, mediante a contabilização do número de pessoas que efetivamente ficarão, e o número relativamente às indemnizações que irão arrecadar, para também poderem fazer prova de qual a necessidade que poderão vir a ter até ao final do ano, porque muitos desses trabalhadores seriam aqueles que tinham menos tempo de vínculo com a Cooperativa Praia Cultural e, nesse sentido, estas indemnizações não são muito avultadas e, assim sendo, obriga a uma grande responsabilidade para fazer o apuramento, porque, este mês, têm o pagamento dos subsídios de Natal, ou seja, o pagamento de dois meses, mais o pagamento do mês de dezembro e, portanto, o apuramento será feito e, nesse sentido, estão a trabalhar nos contactos, para perceberem quem é que tem as condições para fazer a devolução das indemnizações e quem, efetivamente, já seguiu o seu caminho e não regressará à

Cooperativa Praia Cultural, pelo que, nos próximos dias, muito se irá desenrolar, mas efetivamente, não pode dar dados que ainda não tem.----------

--------Acrescentou que, nesse sentido, o compromisso que têm com o Governo Regional é de fazerem chegar, sempre, toda a informação, para que isso também possa servir de sustentação para o que está a ser trabalhado, sendo que o contrato ARAAL tem de ter uma base jurídica que permita à Câmara sentir o máximo de segurança, para que não possam pôr em causa estes vinte e nove funcionários que foram colocados nesta primeira discussão, ou os trinta e seis que têm exatamente os mesmos direitos, ou até mesmo os noventa e dois, que o Executivo se estava a organizar para poder acolher no Município.----------

--------Referiu, ainda, que este é um universo muito grande e que os obriga a trabalhar com muito respeito e com muita responsabilidade e, nesse sentido, acreditam que tudo será acautelado para que corra da melhor forma.----------

--------Concluiu dizendo que, desde o momento em que tenham os trâmites legais que sustentem toda esta situação, não hesitarão em partilhar essa informação com os senhores Vereadores, até porque esta é, senão a situação de maior importância para o futuro do Município, e será a contratualização que sustentará tudo isto e que dará a garantia que deram o passo certo, relativamente àquela que era a decisão, mediante os números que os obrigavam a fazer aquilo que, efetivamente, não queriam e, portanto, esta inevitabilidade acontece mediante aquilo que foi uma situação gerada pelo Partido Socialista, que poderia ter sido travada e que poderia não ter chegado a esta situação, mas o que é certo é que têm de trabalhar nas soluções, e esta é a prova que estão disponíveis para trabalhar nas soluções, em conjunto com todas as entidades, como foi sempre desde o início.----------

--------Seguidamente, o Vereador Marco Martins, relativamente a uma preocupação da freguesia das Fontinhas, dos pais e encarregados de educação e que tem que ver com a Escola Básica do Primeiro Ciclo e Jardim de Infância Irmãos Goulart, disse que esta escola, em termos de infraestruturas, tem apresentado problemas praticamente desde o final da sua construção, e tem apresentado problemas que, nem sempre em tempo útil, tiveram resposta, sendo que, quando fala em tempo útil, não é só nestes dois anos, porque é um problema que já se arrasta há muitos anos e que terá tido algum paliativo mas, de facto, os problemas têm estado a agravar-se, através de infiltrações que têm dado azo a problemas na parede e no próprio chão. ----------

--------Mais referiu que, com bastante satisfação, teve nota de já ter havido contacto prévio com a senhora Vereadora, e que uma equipa já lá esteve, num curto espaço de tempo, mas a verdade é que persistem muitos problemas, perguntando o que está previsto, da parte do Executivo e, estando a ser trabalhada e em fase praticamente concluída, a proposta a apresentar e a submeter a esta Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal, do orçamento para o próximo ano, pergunta se estará inscrita alguma rubrica destinada também a uma intervenção e se há algum plano, percebendo que não possa ser uma intervenção numa única fase, mas, por exemplo, uma intervenção faseada. ----------

-------- No que concerne a esta questão, a senhora Presidente respondeu que, da parte técnica, que é acompanhada pela Vereadora Otília Martins, não têm só a avaliação da escola das Fontinhas, pois também têm a de todas as escolas do concelho que estão à responsabilidade deste Município e, infelizmente, todas vão reportando situações, verificando-se, mediante os respetivos relatórios técnicos, que são graves e obrigam a grandes investimentos. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que, como bem disse o senhor Vereador, é certo que vão tentando dar algumas respostas paliativas, mas que não têm o sucesso que gostariam que tivessem.----------

-------- Referiu, também, que essas situações obrigam a grandes investimentos, porque, efetivamente, é de lamentar que obras, relativamente recentes, apresentem tantos problemas, situação com que também não estavam a contar, porque não estão a falar de obras de anos, mas sim de intervenções recentes, como é o caso da escola das Fontinhas e da escola da Fonte do Bastardo, sendo estas as mais recentes, mas, no entanto, também se pode falar da escola da Aldeia Nova, nas Lajes, um pouco mais antiga, ou da escola da Vila Nova, ou seja, escolas com muitos anos, sendo comum o reporte constante de problemas, que a Câmara sempre tenta minimizar, mas que, efetivamente, vão obrigar a grandes investimentos para que se possam dar as condições dignas a estes alunos e os professores poderem desenvolver o trabalho que precisam, nestas escolas. ---

-------- Salientou, ainda, que, como o senhor Vereador bem referiu, estão a trabalhar no orçamento para dois mil e vinte quatro, mas, face à situação que vivem, é dramática a falta de capacidade de investimento de que dispõem, para poderem atuar e anular estes problemas.----------

-------- Continuou dizendo que têm um grande desafio pela frente, porque, a par de toda esta situação, o trabalho para a submissão ao fundo de Apoio Municipal continua a ser desenvolvido, com vários contactos com a DGAL – Direção Geral das Autarquias Locais, e muitas situações que, infelizmente, os obriga a diligenciar procedimentos que já poderiam estar mais do que feitos, mas que os obriga a trabalhar, reverter, estudar e apurar, ou seja, com muitas situações que deveriam estar claras perante a DGAL e que, infelizmente, não estão e, portanto, têm um trabalho muito desafiante para o ano de dois mil e vinte e quatro, estimando conseguir fazer esta submissão, até ao final do ano de dois mil e vinte e três, mas, caso não consigam fazer isso, terá de transitar para o ano de dois mil e vinte e quatro, sendo certo que, se não o fizeram, ficarão incapacitados de dar todas as respostas aqui faladas, e não são só as escolas, como também os pavilhões desportivos e as instituições locais, que pedem socorro, e ajuda, muitas vezes, para poderem continuar a desenvolver, e bem, as suas atividades e dinâmicas e, assim sendo, e para serem os melhores parceiros, têm de continuar a querer fazer parte da solução. ----

-------- Continuou dizendo que, o senhor Vice-Presidente, e as senhoras Vereadoras, muito têm trabalhado consigo, nesta situação, para, efetivamente, procurarem sempre as melhores soluções, e não têm feito outra coisa e, por isso, vão continuar a fazê-lo e, nesse sentido, têm noção de que o trabalho que está a ser percorrido, tem de continuar, porque é muito necessário para garantir a sustentabilidade deste Município e para, sem dúvidas, poderem e conseguirem dar as melhores repostas aos munícipes, porque, se não conseguirem este apoio externo, que tanto têm defendido, ficarão com o Município,

e as respostas, muito condicionados e, portanto, é importante que os senhores Vereadores também possam perceber e avaliar os números, no sentido de reconhecerem quão delicada é a situação, e quão importante é esta submissão ao FAM, mas, depois, terão a oportunidade de trazer este documento, que está a ser trabalhado para ser atualizado, para discussão, e para poderem, também, votar o mesmo.----------

--------O Vereador Marco Martins interveio para dizer que, percebendo alguns constrangimentos de ordem financeira, e não estando a pedir o cenário que seria ideal, tem, porém, de se cruzar o ideal com o possível, sendo que, nem sempre os dois são compagináveis e, nesta questão, todos gostariam que houvesse uma obra de fundo, na escola das Fontinhas, mas, no entanto, acredita que será possível fazer uma avaliação, que até pode já estar feita, sobre as necessidades mais prementes, e tentar passar um cronograma de intervenção, para que, a comunidade escolar e todos, possam ter, pelo menos, a perceção de que vai acontecer, mesmo que seja uma intervenção faseada.-------

--------Referiu, ainda, que, nessa escola e recentemente, foram reportados problemas que, na sua maioria, até já eram conhecidos, mas que, infelizmente, isso não acontece apenas nessa escola, mas também noutras, mas gostariam que, a rubrica que será mais genérica, relativamente a estas intervenções no primeiro ciclo do ensino básico, pudesse, pelo menos, responder às necessidades mais urgentes.----------

--------Ainda sobre a freguesia das Fontinhas, o Vereador Marco Martins referiu que têm nota de que deu entrada na Câmara, de um pedido para colocação de lomba junto à creche das Fontinhas e, fazendo uma declaração de interesse, porque o seu filho frequenta aquela creche, pode constatar que, de facto e naquela zona, os carros passam a uma velocidade acima do recomendável.----------

--------Reconheceu que, nalguns casos, poderia haver mais algum civismo naquela zona, como, por exemplo, na questão do estacionamento, mas crê que é aceite pela generalidade dos pais, e também pela concessionária da creche, que, a colocação de uma lomba seria uma solução adequada e questionou em que ponto está esse pedido. ----------

--------A Vereadora Otília Martins respondeu que, relativamente à colocação da lomba, estão a aguardar, já há algum tempo, que o equipamento chegue ao fornecedor, e que, na semana passada, enviaram um e-mail ao mesmo, insistindo na resposta, tendo este respondido que, no início de novembro, a lomba estaria cá para ser colocada naquele local, junto à escola do Areeiro, nas Fontinhas. ----------

--------O Vereador Marco Martins perguntou quando é que será colocada a lomba, tendo a Vereadora Otília Martins respondido que será colocada quando chegar. ----------

--------A senhora Presidente acrescentou que se prevê que seja durante o mês de novembro. ----------

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

--------A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: ----------

--------Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.----------

--------(01/23) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL - RICKY JOE BAPTISTA:-----

--------Requerimento datado de 30 de outubro findo, de Ricky Joe Baptista, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 2 de novembro de 2023, pelo que será substituído, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista. ----------

--------Requerimento datado de 30 de outubro findo, de Emanuel Filipe Gregório Areias, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 2 de novembro de 2023, pelo que será substituído, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-

--------Requerimento datado de 30 de outubro findo, de Emiliana Leonilde Dinis Gil Soares da Silva, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião do dia 2 de novembro de 2023, pelo que será substituída, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-

--------A Câmara tomou conhecimento. ----------

--------(02/23) JUSTIFICAÇÃO DE FALTA E PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO DO VEREADOR BERTO JOSÉ BRANCO MESSIAS: ----------

--------Email datado de 30 de outubro findo, de Berto José Branco Messias, comunicando que, nos termos do disposto no nº 1 e 2 do artigo 78º, da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, alterada e republicada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de janeiro, não pode estar presente na reunião de câmara do dia 2 de novembro de 2023, pelo facto de se encontrar ausente da Ilha em trabalhos Parlamentares, pelo que solicita a sua substituição, conforme determina o nº 1 daquele preceito legal, em conjugação com o disposto no artigo 79º, pelo cidadão imediatamente a seguir na ordem da respetiva lista.-

--------A Câmara tomou conhecimento. ----------

--------(03/23) PROPOSTA - 1.º PEDIDO DE PRORROGAÇÃO DE PRAZO - REMODELAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO EDIFÍCIO DOS PAÇOS DO CONCELHO – 2ª. FASE:----------

--------Proposta n.º 5780/2023, datada de 16 de outubro findo, do Chefe de Divisão de Investimentos e Ordenamento do Território, Eng.º Manuel Ortiz, do seguinte teor:--------

--------"A empresa TREPA – Construção Civil, Lda., a quem foi adjudicada a empreitada de "Remodelação e Ampliação do Edifício dos Paços do Concelho – 2ª. Fase", solicita uma prorrogação de prazo de mais 89 dias para conclusão dos trabalhos, ou seja, até ao 31 de dezembro de 2023, conforme documento anexo (Entrada nº. 13195).----------

--------Considerando que conforme refere o empreiteiro: ----------

-------- - Aquando o início da empreitada deparou-se com uma significativa quantidade de demolições não previstas, implicando assim um atraso no início dos trabalhos relacionados com o betão armado; ----------

-------- - Devido à existência de erros do levantamento da implantação da obra, foi necessário executar uma revisão/alteração do projeto inicial de arquitetura; ----------

-------- - No decorrer da obra foi constado a necessidade de se proceder a trabalhos adicionais, trabalhos esses, descritos no pedido de prorrogação de prazo e aprovados em reunião camarária datada de 31 de maio de 2023.----------

--------Decorrente do exposto, propõe-se que seja aprovado o presente pedido de prorrogação de prazo apresentado pela TREPA – Construção Civil, Lda." ----------

--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

--------**(04/23) PROPOSTA DE APROVAÇÃO DO PROJETO DE PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO DE TRÂNSITO DA CIDADE DA PRAIA DA VITÓRIA:**----------

--------Proposta n.º 5735/2023, datada de 13 de outubro findo, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------

--------"Considerando que, nos termos da Proposta nº I-CMPV/2022/1134, apresentada na reunião de câmara de 7 de setembro de 2022, foi aprovado dar início ao procedimento para primeira alteração do Regulamento de Trânsito da Cidade da Praia da Vitória (regulamento publicado mediante Aviso nº 9297/2019, no Diário da República, 2ª Série, nº 101, de 27 de maio de 2019), o qual foi publicitado na internet, no sítio institucional da Câmara Municipal, no dia 22 de setembro de 2022 (Edital nº ED-CMPV/2022/18), nos termos do disposto no artigo 98º, nº 1, do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro (doravante referido apenas por CPA), sem que tivessem surgido interessados a constituírem-se como tal, para efeitos de participação procedimental. ----------

--------Considerando que, apesar da inexistência de interessados como tal constituídos, a natureza da matéria deste regulamento – regulação do trânsito da Cidade da Praia da Vitória – justificava submeter o projeto de alteração do regulamento, a consulta pública, para recolha de sugestões, conforme estipulado no artigo 101º, nº 1, do CPA, foi o mesmo submetido à referida consulta pública, mediante Aviso nº 3483/2023, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 34, de 16 de fevereiro de 2023, e na página oficial da internet da Câmara Municipal da Praia da Vitória, tendo sido apresentadas sugestões por três interessados, as quais foram sujeitas à devida análise e ponderação por parte da Comissão de Análise de Sugestões nomeada para o efeito, conforme o respetivo Relatório de Ponderação de Sugestões que ora se anexa. ----------

--------Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória delibere: ----------

--------a) Aprovar as conclusões do Relatório de Ponderação de Sugestões, não aceitando as propostas de alteração apresentadas, nos termos e com os fundamentos constantes do mesmo Relatório; e ----------

--------b) Aprovar a versão final do Projeto de Primeira Alteração ao Regulamento de Trânsito da Cidade Praia da Vitória, conforme documentos que ora se anexam e que são parte integrante da presente proposta, para posterior submissão do mesmo à aprovação pela Assembleia Municipal da Praia da Vitória, nos termos dos artigos 25º, nº 1, alínea g) e 33º, nº 1, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. (…)”----------

--------O Vereador Marco Martins perguntou se já houve uma publicação antes desta aprovação, tendo a senhora Presidente respondido afirmativamente e acrescentou que, existiam dois regulamentos e que, em pouco tempo, trouxeram um à reunião de Câmara e que foi encaminhado para a última Assembleia Municipal, sendo que esta alteração se prende, unicamente, com o Regulamento de Trânsito da Cidade. ----------

--------**A Câmara deliberou, por maioria, concordar com a proposta em causa e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos dos artigos 25º, nº 1, alínea g) e 33º, nº 1, alínea k), da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.**----------

--------**Os Vereadores Marco Martins, Isménia Alves e Pedro Machado abstiveram-se.** ----------

--------**(05/23) PROPOSTA DE RATIFICAÇÃO DE DESPACHO - PEDIDO DE PARECER RELATIVO À CONVENIÊNCIA DA EMISSÃO DO LICENCIAMENTO DE JOGOS LÍCITOS NO ESTABELECIMENTO DENOMINADO “PASTELARIA E CAFÉ AROMAS E SABORES”, NAS LOJAS N.ºS 3 E 7 DO MERCADO MUNICIPAL, SITO NA RUA DE JESUS, FREGUESIA DE SANTA CRUZ, DESTE CONCELHO:** ----------

--------Proposta n.º 6036/2023, datada de 23 de outubro findo, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------

--------“Considerando que de acordo com a alínea a) do nº1 do artigo 4º da Portaria nº71/2007, de 24 de outubro Sua Excelência o Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública solicita parecer relativo à conveniência da emissão do licenciamento de jogos lícitos no estabelecimento denominado “Pastelaria e Café Aromas e Sabores”, nas Lojas n.ºs 3 e 7 do Mercado Municipal, sito na rua de Jesus, freguesia de Santa Cruz, deste Concelho, designadamente no que se refere à proximidade de estabelecimentos de ensino.----------

--------Considerando que o pedido de licenciamento para a atividade de jogos lícitos, respeita a uma loja do mercado municipal da cidade da Praia da Vitória, da qual este município é, naturalmente, a entidade concedente, foi emitido parecer desfavorável, por despacho da signatária, nos termos e fundamentos do parecer jurídico que se anexa.------

--------Considerando que o prazo de resposta à entidade requerente do parecer (Secretaria Regional das Finanças e Planeamento) é de 20 dias úteis, por forma a

cumprir-se o prazo, foi emitida resposta á entidade, e submete-se a reunião de câmara para ratificação do despacho da Exmª Srª Vereadora Otília Martins.” ----------
-------- **A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

-------- **(06/23) PROPOSTA - CESSÃO DE POSIÇÃO CONTRATUAL NO ÂMBITO DO CONTRATO DE CONCESSÃO DE EXPLORAÇÃO DO BAR DA ZONA BALNEAR DOS BISCOITOS:** ----------
-------- Proposta n.º 6104/2023, datada de 25 de outubro findo, da Vereadora com competência delegada, Dr.ª Otília Martins, do seguinte teor: ----------
-------- “Nos termos do disposto na alínea p) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de Setembro, em conjugação com a alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33º do referido diploma legal, a Assembleia Municipal, em sessão de 27 de Dezembro de 2021, deliberou autorizar a Câmara Municipal a celebrar contrato de concessão por concurso público, da exploração do Bar da Zona Balnear dos Biscoitos; ----------
-------- A 15 de Junho de 2022, a Câmara Municipal deliberou aprovar o relatório final, a respetiva minuta de contrato, bem como, nomear a Dr.ª Madaíl Ávila para gestora do mesmo, adjudicando assim, a concessão do bar da zona balnear dos Biscoitos, à empresa Tibério Dinis, Lda, a qual foi dado conhecimento à Assembleia Municipal. -----
-------- Considerando que, em 20 de Junho de 2022, foi celebrado entre o Município e Tibério Faria Dinis - Unipessoal Lda., o contrato de Concessão de Exploração tendo por objeto a exploração do bar da Zona Balnear dos Biscoitos; ----------
-------- Atendendo a que, a empresa Tibério Faria Dinis – Unipessoal Lda, encetou negociações com a empresa Rodrigo Hintze, com o objetivo de ceder a sua posição contratual a esta no contrato acima referido;----------
-------- Face ao exposto, propõe-se que a Câmara Municipal:----------
-------- a) Aprove a cessão de posição contratual no âmbito do contrato de concessão de exploração do bar da Zona Balnear dos Biscoitos, assumindo a empresa Rodrigo Hintze, mediante a referida cessão, o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Tibério Faria Dinis, Unip. Lda. no contrato denominado por "Concessão de Exploração do Bar da Zona Balnear dos Biscoitos". ----------
-------- b) Autorize a suspensão do valor da renda do contrato de concessão da exploração do bar da Zona Balnear dos Biscoitos pelo período de 3 meses, atendendo a que a cessão de posição contratual acordada não engloba o imobilizado existente naquele espaço e pertencente ao cessionário, havendo necessidade urgente de se proceder a obras de remodelação do espaço, pinturas, mudança de imagem, aquisição de todo o equipamento de cozinha e mobiliário interior e exterior, para o que se pretende, ainda, candidatar parte destes investimentos ao programa Açores 2030.” ----------
-------- O Vereador Marco Martins solicitou a palavra para dizer que estão perante uma situação um pouco atípica, ou seja, que está em causa a aprovação de uma cessão de posição contratual, mas, um pouco mais além do que isso, há uma cedência para uma segunda empresa e que, no âmbito da documentação que lhes foi remetida, verifica-se que foi solicitada a documentação própria, num processo desse tipo, à empresa Rodrigo Hintze, a qual foi remetida de acordo com o pedido da Câmara, acreditando que, na

avaliação da Câmara, não haverá nada a obstar, aliás acha que estão a falar de um concorrente aquando do concurso para essa concessão e, assim sendo, referiu que, nesta avaliação, muito honestamente e também admitindo a falta de algum conhecimento técnico específico, obviamente que partem de um princípio de boa-fé que a documentação remetida é a correta, que houve avaliações da parte da Câmara e que o processo estará linear, mas tendo em conta que também, da parte dos Vereadores do Partido Socialista, não estão munidos de uma informação completa, o sentido de voto será a abstenção.----------

-------- A senhora Presidente respondeu que, mediante toda a documentação que aqui está, e que foi tratada e trabalhada juridicamente, e que, portanto, o que é proposto, está previsto na lei, até porque esta alteração de concessionário prevê que ele faça o seguimento do contrato já existente e, portanto, o tempo já começou a contar mediante a contratualização que foi feita com a empresa Tibério Faria Dinis e, o que há, é um seguimento da contratualização com aquele que seria o segundo concorrente que se propôs a esta concessão. ----------

-------- Prosseguiu dizendo que houve entendimento, até porque houve um contacto entre os dois para esta alteração e obviamente que estaria previsto, no contrato, a aceitação por parte do Município, sendo que o caderno de encargos já previa isso e, nesse sentido, a Câmara, também na tentativa de minimizar aquela que foi uma fase menos boa, que foi este verão que passou, e dar a oportunidade de, num curto espaço de tempo, se poder ter esta entidade a reativar este serviço nesta zona que tanto carece, pelo que entenderam que poderá ser uma boa resposta, razão pela qual trazem a situação para validação.----------

-------- O Vereador Marco Martins retomou a palavra e disse que, de facto, a abstenção pode ser entendida de várias formas, sendo que neste caso, como noutros, o seu caráter atípico, com alguma complexidade, e face à informação, que nem sempre é suficiente para votarem favoravelmente, mas partindo do princípio da boa fé e que a avaliação foi feita da melhor maneira, a orientação de voto dos Vereadores do Partido Socialista, no sentido da abstenção, também salvaguarda, no seu entender, algum desconhecimento deste processo.----------

-------- **A Câmara deliberou, por maioria, aprovar a proposta em causa.**----------

-------- **Os Vereadores Marco Martins, Isménia Alves e Pedro Machado abstiveram-se.** ----------

-------- **(07/23) PROPOSTA - EMISSÃO DE PARECER FUNDAMENTADO PARA ATRIBUIÇÃO DO ESTATUTO DE UTILIDADE PÚBLICA AO GRUPO DESPORTIVO DOS BISCOITOS:**----------

-------- Proposta n.º 6056/2023, datada de 24 de outubro findo, do Vereador com competência delegada, Dr. Ricky Baptista, do seguinte teor: ----------

-------- "Considerando que: ----------

-------- 1. O Grupo Desportivo dos Biscoitos, com sede à Caparica s/n, freguesia de Biscoitos, 9760-051, concelho da Praia da Vitória, com o número de pessoa coletiva 512029040, veio requerer, à Câmara Municipal da Praia da Vitória, a emissão de

parecer fundamentado para efeitos de instrução do pedido de atribuição do estatuto de utilidade pública, que o mesmo pretende obter, ao abrigo e nos termos da Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública). ----------

-------- 2. A atribuição do estatuto da utilidade pública compete ao Governo Regional, de acordo com o disposto no artigo 16º, nº 3, do Anexo à supracitada lei, devendo ser instruído com parecer fundamentado da câmara municipal da área da sua sede, nos termos do artigo 8º, nº 1, alínea d), do mesmo diploma. ----------

-------- 3. O estatuto de utilidade pública pode ser atribuído às pessoas coletivas que prossigam fins de interesse geral, regional ou local e que cooperem, nesse âmbito, com a administração central, regional ou local, considerando-se como fins relevantes, entre outros, aqueles que se traduzam no benefício da sociedade em geral ou dos seus associados, quando a sua atividade estiver compreendida em algum dos diversos setores previstos no artigo 4º, nº 3, nomeadamente, no setor do desporto (artigo 4º, nºs 1, 2 e 3, alínea b), da Lei nº 36/2021).----------

-------- 4. O Grupo Desportivo dos Biscoitos, fundado em 1 de outubro de 1973, é uma associação sem fins lucrativos, que, ao longo dos seus cinquenta anos de história, tem, através da sua atividade, contribuído sobremaneira para o desenvolvimento da atividade física e desportiva na freguesia dos Biscoitos, assumindo um papel preponderante, não só nessa comunidade, mas também no concelho da Praia da Vitória, quer pela formação de crianças e jovens atletas na vertente desportiva, quer pelo contributo para a sua formação geral, desenvolvimento e integração na comunidade, através da sua ocupação em atividades saudáveis, ajudando a sua interação social e fortalecendo as suas diversas competências, numa verdadeira e relevante ação de educação não formal, não esquecendo ainda que, através destas atividades, se contribui, também, para a promoção da vertente turística da freguesia e do concelho, divulgando o nome da freguesia dos Biscoitos e do concelho da Praia da Vitória. ----------

-------- 5. Ao longo da sua história, o Grupo Desportivo dos Biscoitos, em termos de oferta desportiva, tem-se caracterizado pela versatilidade, oferecendo a jovens e a desportistas, a possibilidade de exercerem diversas modalidades, nomeadamente, o futebol de onze, primeira modalidade praticada no clube e que permaneceu em atividade perto de duas décadas, bem como o andebol, modalidade que já leva trinta e seis anos de atividade ininterrupta, com grande tradição na freguesia dos Biscoitos e na qual conseguiu um vasto palmarés nos diversos escalões, quer de formação, quer nos seniores, tendo chegado, inclusive, a participar em patamares competitivos nacionais, acrescentando-se, ainda, a modalidade de futsal, cuja prática se iniciou há cerca de sete anos.-- ----------

-------- 6. Além da promoção da atividade desportiva, e da procura das melhores estratégias, tendo em vista a obtenção dos resultados desportivos, o Clube também desenvolve ações de formação de dirigentes e técnicos, em diversas áreas, bem como no âmbito dos processos de certificação, como entidade formadora, pela Federação Portuguesa de Futebol, e pela atribuição da Bandeira da Ética, por parte do Instituto Português do Desporto e Juventude. ----------

-------- 7. No plano desportivo, o Clube dispõe, atualmente, de cinco escalões de formação e um escalão sénior na modalidade de futsal, e quatro escalões de formação e

um sénior, na modalidade de andebol, sendo o único clube no concelho e na ilha Terceira que, nos últimos anos, mantém ativa a modalidade do andebol. ----------

-------- 8. É ainda relevante dizer que, o Grupo Desportivo dos Biscoitos, na modalidade de andebol, tem conseguido inserir atletas, dos diversos escalões de formação, nas seleções Açores, e, na modalidade de futsal, tem conseguido inserir atletas de diversos escalões de formação, nas seleções de ilha, tendo ainda conseguido a convocatória para o estágio de observação da seleção nacional, de um dos seus atletas do escalão dos sub-13, bem como, a convocatória de um atleta do escalão de sub-15, para representar a seleção nacional de Portugal na modalidade de futsal, tornando-se, deste modo, o primeiro clube da região a conseguir esse feito. ----------

-------- 9. Assim e considerando que o Grupo Desportivo dos Biscoitos vem desenvolvendo a sua atividade no concelho da Praia da Vitória desde 1973, com o intuito de promover a prática desportiva, o associativismo comunitário e a formação, por via do desporto, de crianças e jovens. ----------

-------- 10. E considerando que, ao longo da sua existência, o Grupo Desportivo dos Biscoitos tem sido arauto do associativismo concelhio e da dinamização da comunidade onde se insere, sendo, hoje, uma das forças vivas da freguesia dos Biscoitos e do Concelho da Praia da Vitória, promovendo e satisfazendo necessidades desportivas de crianças e jovens, prosseguindo, portanto e efetivamente, fins de interesse público local e regional, em cooperação com a Administração Pública Local, e exercendo uma atividade de manifesta relevância desportiva, cultural e social, em benefício não só do concelho da Praia da Vitória, como, também, da Ilha Terceira e da Região Autónoma dos Açores. ----------

-------- Em face de todo o exposto e nos termos e para os efeitos previstos na alínea d), do nº 1, do artigo 8º, do Anexo à Lei nº 36/2021, de 14 de junho (Lei-quadro do estatuto de utilidade pública), propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória emita parecer favorável à atribuição do estatuto de utilidade pública, ao Grupo Desportivo dos Biscoitos.”----------

-------- O Vereador Marco Martins referiu que o Grupo Desportivo dos Biscoitos, já com cinquenta anos, merece, obviamente e por todos os motivos aqui elencados, o voto favorável e unânime desta Câmara. ----------

-------- De seguida destacou que, a nível desportivo e conforme está elencado na proposta, há, de facto, um histórico de futebol de onze que, neste momento, não existe e que, mais recentemente, se viraram para a prática do futsal e, apesar de o fazerem há poucos anos, já com resultados bastante interessantes. ----------

-------- Destacou, também, a modalidade do andebol, ou seja, está em causa um Clube Desportivo que soube, também, remar contra algumas marés, todas elas, provavelmente, viradas para as práticas desportivas futebolísticas, sendo um Clube que tem um cunho enorme no andebol, na Região Autónoma dos Açores e, muitas vezes, estando sozinho, não sem apoios públicos, porque não é essa a questão, mas sentindo-se sozinho, quando olha para o lado e vê uma Associação de Futebol com vários associados, mas isso não fez o Grupo Desportivo dos Biscoitos desistir, conseguindo resultados extremamente interessantes nesta disciplina e nesta modalidade do andebol, que se mantem há vários anos, mas, no entanto e na sua perspetiva, o ponto essencial do Grupo Desportivo dos

Biscoitos é que nunca descurou a questão formativa, a formação de atletas, mas também de homens, ao longo de cinco décadas, numa zona geográfica, por vezes, de difícil captação de jovens, de novos atletas, razão pela qual merecem o nosso louvor. ----------
--------Terminou dizendo que não haveria aqui nada que pudesse obstar um voto favorável, mais do que justo, aqui fazendo o reconhecimento de todos pelo meritório trabalho que tem sido levado a cabo pelo Grupo Desportivo dos Biscoitos. ----------
--------A senhora Presidente disse que, se cá estivesse o Vereador Berto Messias, certamente diria que ainda bem que fez a advertência de que havia muito mais a dizer sobre o Clube Desportivo dos Biscoitos, para que esta fundamentação pudesse ficar ainda mais enriquecida, porque esta proposta já foi presente a reunião de Câmara por parte do próprio Clube, sendo que, por entendimento da Câmara, pediu-se uma melhor complementação para que também fosse dirigido à entidade que irá avaliar esta intenção do próprio Clube em atingir este estatuto e, assim sendo e com todo este historial que o Clube apresentou e mediante a celebração dos seus cinquenta anos, recentemente, na qual teve o prazer de estar presente, efetivamente, no seu entender, o Grupo Desportivo dos Biscoitos merece, muito, este reconhecimento e ainda bem que são unânimes nestas avaliações que só servem de incentivo para que vejam o quanto trabalham e desenvolvem em prol desta comunidade, para que também se sintam reconhecidos. ------
--------**A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço.** ------

----------Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. ----------

--------**APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. ----------

--------**ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram dezasseis horas, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. ----------

Ass: _____

Ass: _____